



**SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ: 32.206.435/0001-83

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM

30/06/2025



SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CONTEÚDO:

- 1) RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO;
- 2) BALANÇOS PATRIMONIAIS;
- 3) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;
- 4) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;
- 5) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA;
- 6) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;
- 7) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;
- 8) COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR; e
- 9) RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 32.206.435/0001-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025. Estas demonstrações financeiras também não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

1. Principais informações financeiras

(R\$ milhões)	30/06/2025
Receita da intermediação financeira	11,6
Outras receitas (despesas) operacionais	34,0
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	46,8
Lucro líquido	35,4

2. Comentário sobre o desempenho

A receita da intermediação financeira em 30/06/2025 atingiu R\$ 11,6 milhões. As outras receitas operacionais totalizaram R\$ 34,0 milhões. Considerando estas rubricas, o lucro líquido da Companhia no primeiro semestre de 2025 foi de R\$ 35,4 milhões.

3. Investimentos

Em 30/06/2025, a Companhia mantinha o saldo de R\$ 40,3 milhões de investimentos na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA).

4. Declaração sobre capital financeiro e ativos classificados na categoria "custo amortizado"

A Companhia não possui ativos classificados na categoria "custo amortizado".

5. Auditores Independentes

Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até mesmo por suas características “não recorrentes”.

6. Acordo de Acionistas

A Companhia não é parte de acordo de acionistas.

São Paulo, 26 de agosto de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2025
Ativo		
Circulante	-	158.098
Disponibilidades	-	54
Instrumentos financeiros	-	150.150
Títulos e valores mobiliários	5	150.150
Outros créditos	-	7.887
Rendas a receber	6	6.038
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	1.143
Diversos	-	706
Outros bens e valores	-	7
Não circulante		52.612
Realizável a longo prazo	-	8.554
Outros créditos	-	8.554
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	824
Depósitos judiciais	13	7.730
Investimentos	-	40.283
Investimentos em participações em coligadas e controladas	8	40.269
Outros investimentos	-	14
Imobilizado	-	3.293
Imobilizações de uso	-	2.957
(Depreciação acumulada)	-	(666)
Direito de uso	-	1.900
(Depreciação acumulada)	-	(898)
Intangível	-	482
Ativos intangíveis	-	549
(Amortização acumulada)	-	(67)
Total do ativo		210.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2025
Passivo		
Circulante		17.495
Obrigações por empréstimos e repasses	-	374
Arrendamento	-	374
Outras obrigações	-	17.121
Obrigações fiscais correntes	9	7.732
Provisões	10	5.315
Diversas	11	4.074
Não circulante		4.014
Obrigações por empréstimos e repasses	-	782
Arrendamento	-	782
Outras obrigações	-	3.232
Provisões	10	3.231
Diversas	11	1
Patrimônio líquido	-	189.201
Capital social	14.1	137.875
Reservas de lucros	14.2	17.772
Outros resultados abrangentes	-	(12)
Lucros acumulados	-	33.566
Total do passivo e patrimônio líquido		210.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração de resultado em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	30/06/2025
Receita da intermediação financeira	-	11.587
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	11.587
Resultado bruto da intermediação financeira	-	11.587
Outras receitas (despesas) operacionais	-	34.011
Receitas de prestação de serviços	16	29.820
Despesas de pessoal	17	(7.553)
Outras despesas administrativas	18	(5.785)
Despesas de depreciação e amortização	-	(380)
Despesas tributárias	-	(148)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	19.833
Outras receitas operacionais	-	349
Outras despesas operacionais	-	(2.125)
Resultado operacional	-	45.598
Resultado não operacional	-	1.161
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	-	46.759
Imposto de renda e contribuição social	-	(9.403)
Imposto de renda	19	(5.521)
Contribuição social	19	(3.381)
Ativo fiscal diferido	19	(501)
Participações no lucro	-	(1.936)
Lucro líquido do semestre		35.420
Quantidade de ações		46.249.559
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração do resultado abrangente em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	35.420
Resultado abrangente do semestre	35.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração do fluxo de caixa em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

Descrição	30/06/2025
Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação nos lucros	46.759
Mais	
Depreciações e amortizações	380
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações cíveis e trabalhistas	102
Outros	83
Menos:	
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(195)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(19.833)
Lucro na venda de investimentos	(1.161)
Atividades operacionais	
Variação de títulos e valores mobiliários	40.954
Variação de rendas a receber	(303)
Variação de outros créditos	180
Variação de outros valores e bens	2
Variação de outras obrigações - Fiscais correntes	(384)
Variação de outras obrigações - Provisões	(5.500)
Variação de outras obrigações - Diversas	(1.646)
Recebimento de dividendos	25.050
Juros pagos	(96)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.312)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	73.080
Atividades de investimento	
Recebimento pela venda:	
Investimentos	1.161
Pagamento pela compra:	
Intangível	(209)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	952
Atividades de financiamento	
Pagamento de dividendos	(74.353)
Pagamento de arrendamento	(162)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(74.515)
Variação líquida do caixa	(483)
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	537
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	54
Redução nas disponibilidades	(483)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2025	137.875	9.977	79	5.945	55.765	71.766	(12)	-	209.629
Ajustes de Práticas Contábeis (nota 3.10.1)	-	-	-	-	-	-	-	(83)	(83)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	35.420	35.420
Destinações:									
Reserva legal	-	1.771	-	-	-	1.771	-	(1.771)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(55.765)	(55.765)	-	-	(55.765)
Saldos em 30/06/2025	137.875	11.748	79	5.945	-	17.772	(12)	33.566	189.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, conjunto 81, Edifício 360 JK, Vila Nova Conceição, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Holding de Investimentos S.A. (SAHIN), que detém 49% da participação, e a controladora direta FM Holding S.A. (FM Holding), sociedade holding de controle da Família Moll, por meio do usufruto de 51% das ações ordinárias.

A Rede D’Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 06/08/2025, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao semestre findo em 30/06/2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025. Estas demonstrações financeiras também não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A Diretoria aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/08/2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (nota 5).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo

3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado - VJR

Os títulos e valores mobiliários para negociação adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

Em 30/06/2025, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o fato que as participações acionárias em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.5. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.5.1. Trabalhistas

Os processos trabalhistas passam por um acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, e os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), ou pelos índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Taxa Referencial (TR), com incidência de juros de 10,87%. Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica "Outras obrigações - provisões".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.5.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Outras obrigações - provisões", no não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.6. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.7. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7) e provisões para ações judiciais (nota 13).

3.8. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.9. Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

3.10.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Adoção da Resolução CMN nº 4.975/2021 (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2025.

O CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, entra em vigor para empresas reguladas pelo BACEN a partir de 01/01/2025, exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamentos, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica contas a pagar circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2).

A companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como um ajuste de R\$ 138 (R\$ 83 líquido de efeitos fiscais) no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, sem atualização das informações comparativas.

Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 (IFRS 09) em 1º de janeiro de 2025.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

De acordo com a Resolução, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais.	Mensurado subsequentemente a custo amortizado.	Juros conforme a curva do ativo: Resultado do exercício.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo: Resultado do exercício. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Nenhum dos anteriores.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do exercício.

A Companhia concluiu que os novos requerimentos não apresentaram impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros.

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A recepção do CPC 48 através impactou a mensuração e a classificação dos ativos financeiros, em virtude da análise conjunta dos fluxos de caixa contratuais e o modelo de negócios para a gestão desses ativos e em função das novas regras de apuração da provisão de *impairment* de ativos financeiros baseada na perda de crédito esperada ao invés de perda incorrida.

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve englobar a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1: os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e aqueles cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial.

Estágio 2: os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e os que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.

Estágio 3: os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito.

Considerando as implementações acima, a Companhia avaliou o impacto da adoção da Resolução em suas operações e demonstrações financeiras e não identificou impactos significativos até o momento, considerando que os ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo por meio do resultado e as práticas contábeis adotadas pela Companhia já se encontravam, substancialmente, consistentes com os requerimentos da nova Resolução.

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeitos ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

- Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022 - Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas (operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos) e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 30 de junho de 2025 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

- Resolução CMN nº 5.185 de 21/11/2024 – A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. A Companhia não se enquadra na obrigatoriedade de divulgar o Relatório de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade (normas CBPS 01 e CBPS 02), devido à sua classificação como instituição do Tipo 3, Segmento Prudencial S4, conforme a Resolução nº 2 do BCB. - Em vigor a partir de 01/01/2026.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para instituições que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas autorizadas a funcionar pelo BACEN.

4. Gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos (“*Enterprise Risk Management – ERM*”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente.

Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos.

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos.

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos.

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos, a qual os reporta à Unidade de Negócio e à Diretoria.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador.

O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

A área de controles internos da Companhia tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta, incluindo os riscos sociais, ambientais e climáticos.

4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

A área de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

O VaR (*Value at Risk*) e Teste de Estresse (*Stress Test*) são apurados na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido.

4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

Os limites relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um comitê financeiro.

A composição da carteira da Companhia possui cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa.

A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, caracterizando, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como insignificante os riscos de crédito e mercado.

4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

Neste sentido, a Ouvidoria da Companhia desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização, contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos.

Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada processo. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.5. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade de variação da receita, obtida através da taxa dos fundos de investimentos sob Administração da Companhia. A análise foi aplicada sobre o PL sob administração do mês atual, desconsiderando dupla contagens e uma estimativa de taxa de administração média anual.

Foram consideradas três hipóteses, “provável”; “remoto”; e “improvável”, aplicados sobre a condição de perda de PL sob AUM (*Asset Under Management*).

As hipóteses consideradas contemplam reduções de -3%, -6% e -9% no PL.

	% de Queda Perda Esperada		Estimativa de Receita	<> Receita
Provável	3%	(4.605)	148.898	-3%
Remoto	6%	(9.210)	144.293	-6%
Improvável	9%	(13.815)	139.688	-9%

4.6. Gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos

Ademais das categorias previamente mencionadas, a Companhia inclui em seu sistema de gerenciamento de riscos o risco social, o risco ambiental e o risco climático. Estes riscos podem ser materializados em quaisquer das categorias previamente mencionadas. A Companhia considera a incorporação destes riscos nos processos de gerenciamento de acordo com a materialidade do impacto para o negócio.

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

O risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático é definido em duas vertentes: a) o risco climático de transição, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono; e b) o risco climático físico, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

4.7. Gestão de capital

A Companhia monitora e reporta à sua administração sua solvência através de relatórios gerenciais, indicando quando necessário a adequação de capital. Como avaliação dos possíveis impactos em capital, são realizados testes de estresse com o objetivo de simular eventos severos e condições extremas de mercado.

O BACEN, por meio da Resolução CMN nº4.955, de 21/10/2021, regula os critérios de apuração do Patrimônio de Referência (PR) e por meio da Resolução CMN nº 4.958, de 21/10/2021, regula os critérios para a apuração do requerimento mínimo do PR e suas respectivas parcelas. Em 30/06/2025, a Companhia esteve enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas.

A tabela, abaixo, demonstra a aderência do Patrimônio da Companhia ao capital regulatório exigido.

Descrição	30/06/2025
Patrimônio de referência	184.867
Patrimônio de referência exigido	12.851
Margem limite de compatibilização	172.016

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2025		
	Valor justo por meio do resultado		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Cotas de fundos de investimentos	150.150	150.150	150.150
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	150.150	150.150	150.150
Subtotal	150.150	150.150	150.150
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			150.150
Circulante			150.150

Tendo em vista a composição do portfólio de investimento da Companhia, não há exposição à riscos atrelados a liquidez dos ativos.

5.1. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

- A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e

- DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

Em 30/06/2025, o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01, tem efeito zero.

5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) Nível 3:

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 2:

Cotas de fundos de investimentos

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	30/06/2025	
	Nível 2	Total
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	150.150	150.150
Total	150.150	150.150

6. Outros créditos – rendas a receber

Descrição	30/06/2025
Taxa de administração - fundos	4.335
Taxa de performance - fundos	1.348
Carteira administrada	355
Total	6.038

7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

Descrição	30/06/2025
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.1)	1.342
Créditos tributários (nota 7.2)	2.628
Débitos tributários (nota 7.2)	(2.003)
Total	1.967
Circulante	1.143
Não circulante	824

7.1. Impostos e contribuições a compensar

Descrição	30/06/2025
Imposto de Renda - IR	152
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	294
Programa de Integração Social - PIS	151
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	745
Total	1.342
Circulante	1.143
Não circulante	199

7.2. Créditos tributários de impostos e contribuições

Em 30/06/2025, os tributos diferidos são compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Outros	Saldo em 30/06/2025
Ativo				
Provisão para contingências e obrigações fiscais	1.111	41	-	1.152
Provisões indedutíveis	1.416	(1.075)	-	341
Participações nos lucros	-	603	-	603
Amortização direito de uso (IFRS 16)	-	76	283	359
Apropriação AVP (IFRS 16)	-	33	140	173
Total de ativo fiscal diferido	2.527	(322)	423	2.628
Passivo				
Atualização de depósitos judiciais	(1.456)	(77)	-	(1.533)
Arrendamento (IFRS 16)	-	(103)	(367)	(470)
Total de passivo fiscal diferido	(1.456)	(180)	(367)	(2.003)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.071	(502)	56	625

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 5 anos.

8. Investimentos

As principais movimentações no investimento até 30/06/2025 foram:

	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.
Saldo em 01/01/2025	39.224
Equivalência patrimonial	19.833
Dividendos adicionais	(18.788)
Saldo em 30/06/2025	40.269

	30/06/2025	
Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	Total
Ativo	64.292	
Passivo	19.549	
Patrimônio líquido	44.743	
Receita líquida	43.271	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	22.035	
Percentual de participação (%)	90%	
Valor contábil do investimento	40.270	40.270
Quantidade de ações ordinárias	2.548.592	

9. Outras obrigações – obrigações fiscais correntes

Descrição	30/06/2025
Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.399
Impostos e contribuições a recolher	1.333
Total	7.732
Circulante	7.732

10. Outras obrigações – provisões

Descrição	30/06/2025
Participações de funcionários e encargos sociais a pagar	4.020
Provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais (nota 13.2)	3.231
Taxas de custódia e controladoria	751
Outras	544
Total	8.546
Circulante	5.315
Não circulante	3.231

11. Outras obrigações – diversas

Descrição	30/06/2025
Incentivo de ações (a)	4.020
Outras	55
Total	4.075
Circulante	4.074
Não circulante	1

(a) Valor referente a pagamento aos beneficiários do plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da da Rede D'Or.

12. Partes relacionadas

12.1. Transações

Descrição	Legenda	Categoria	Controladora	Ativo	Passivo
				30/06/2025	30/06/2025
Rio's Participação S.A.	(a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	2	-
Saepar Serviços e Participações S.A.	(a)	Controladora indireta	Rede D'Or São Luiz S.A.	18	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde	(a) (e) (f)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	199	30
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	(e) (g)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	48	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.	(a) (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	297	7
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A.	(a)	Ligada	Sul América Serviços de Saúde S.A.	20	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas	(b) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	47	-
	(c)	Outros	Outros	-	4.020
Total				631	4.057

Descrição	Legenda	Categoria	Controladora	Receita	Despesa
				30/06/2025	30/06/2025
Rio's Participação S.A.	(a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	9	-
Saepar Serviços e Participações S.A.	(a)	Controladora indireta	Rede D'Or São Luiz S.A.	149	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde	(a) (f)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	1.626	(1)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.	(a) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	684	(44)
Sul América Santa Cruz Participações S.A.	(a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1	-
Sul América Serviços de Saúde S.A.	(a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	36	(9)
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas	(a)	Ligada	Sul América Serviços de Saúde S.A.	48	-
	(c) (h)	Outros	Outros	1.312	-
Total				3.865	(54)

- (a) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
- (b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
- (c) Valor referente ao pagamento da Companhia pelo plano de incentivos em ações;
- (d) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
- (e) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
- (f) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
- (g) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; e
- (h) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela SAMI e SAGA, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista.

Até 30/06/2025, a Companhia recebeu dividendos da sua controlada SAGA no montante de R\$ 25.050 e pagou dividendos à sua controladora SAHIN no montante de R\$ 74.353.

12.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	30/06/2025
Contas a pagar	4.860
Benefícios de curto prazo a administradores	840
Incentivo de ações	4.020
<hr/>	
	30/06/2025
Despesas	(1.702)
Benefícios de curto prazo a administradores	(2.836)
Benefícios pós-emprego	(96)
Incentivo de ações	1.230

13. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

13.1. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica “Outros créditos – depósitos judiciais” no ativo realizável a longo prazo e são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2025
Tributárias:	
COFINS	6.356
PIS	1.125
Outros	203
Trabalhistas e cíveis:	
Ações trabalhistas	46
Total	7.730
Não circulante	7.730

13.2. Movimentações das provisões para ações judiciais

Os saldos das provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais estão contemplados na rubrica “Outras obrigações – provisões” (vide nota 10).

A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2025
Tributárias:			
PIS	376	8	384
COFINS	1.824	41	1.865
Honorários	929	53	982
Total	3.129	102	3.231
Não circulante	3.129		3.231

13.3. Obrigações fiscais

COFINS / PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de 06/2009, a recolher as contribuições somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas), que não está provisionado por não se tratar de uma obrigação legal. Os valores relativos ao PIS e COFINS sobre a receita da atividade estão integralmente provisionados.

13.4. Contingências

Em 30/06/2025, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$ 18.664, composto principalmente por auto de infração lavrado contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da Sul América Investimentos S.A., nos anos calendários 2008 a 2010 e PIS e COFINS incidentes sobre a Receita Financeira.

Em 30/06/2025, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" e que não são provisionados conforme orientação normativa é de R\$ 2.651.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 30/06/2025, o capital social da Companhia é de R\$ 137.875, representado por 46.249.559 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/07/2019. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

14.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 30/06/2025, é de R\$ 17.772, composto, basicamente, por reserva estatutária e pela constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social.

14.3. Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2025, a destinação de R\$18.588 para a distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado e R\$55.765 para a distribuição de dividendo complementar, à razão de R\$ 1,61 (em reais) por ação do montante total declarado, a serem pagos a partir da data da referida Assembleia.

15. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários totaliza R\$ 11.587 no período findo em 30/06/2025 é composto basicamente por rendimentos de cotas de fundos de investimentos.

16. Receita de prestação de serviço

Descrição	30/06/2025
Administração de fundos de investimento	25.590
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários	2.606
Taxas de performance	1.624
Total	29.820

17. Despesa de pessoal

Descrição	30/06/2025
Remunerações	(6.313)
Incentivo em ações	1.230
Encargos sociais	(1.487)
Indenizações e rescisões	(191)
Vale alimentação, refeição e transporte	(398)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(219)
Previdência privada	(158)
Outros benefícios	(17)
Total	(7.553)

18. Outras despesas administrativas

Descrição	30/06/2025
Processamento de dados	(1.401)
Repasse de comissão	(253)
Serviços de custódia	(2.273)
Propaganda e publicidade	(507)
Serviço técnico especializado	(852)
Aluguéis	(87)
Transporte	(198)
Material e manutenção de bens	(40)
Outras despesas	(174)
Total	(5.785)

19. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas com imposto de renda e contribuição social para o semestre em de 30/06/2025 são compostas como segue:

Descrição	30/06/2025
Diferido:	
Imposto de renda	(313)
Contribuição social	(188)
Corrente:	
Imposto de renda	(5.521)
Contribuição social	(3.381)
Total	(9.403)

O imposto de renda e a contribuição social de 30/06/2025, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	30/06/2025
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	46.759
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(17.162)
Alíquota nominal	40%
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:	
Equivalência Patrimonial	7.933
Outros	(174)
Receitas/ (Despesas) na demonstração do resultado	(9.403)
Alíquota efetiva	20,11%

20. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas

Os patrimônios líquidos, em 30/06/2025, dos fundos de investimento e carteiras administradas pela Companhia somados àqueles geridos pela sua controlada SAGA totalizavam R\$ 85.279.394, sendo R\$ 30.604.000 provenientes da Rede D'Or. e suas controladas, e R\$ 54.675.394 provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão, seguradoras e empresas), distribuidores externos e clientes pessoa física.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 32.206.435/0001-83

Diretoria	Marcelo Pimentel Mello	Diretor Presidente
	Leonardo Fraga Pacheco	Diretor Vice-Presidente
	Everton Marcelo Marrão Alves	Diretor de Riscos e Compliance
	Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho	Diretora
	Gustavo Kohn Giometti	Diretor
	Jonas Berbert Pulcheri	Diretor
	Maria Augusta Crespo Mosca Tomita	Diretora
	Otávio de Garcia Lazcano	Diretor
	Rafael Pinto Fróes	Diretor
Contadora	Camila Pimentel Lacerda	CRC RJ-116826/O-6



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8° ao 10° andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2025.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'F. Schwartz', is written over the printed name of the signatory.

Fernando Alberto Schwartz de Magalhães
Sócio
Contador CRC SP-133169/O